

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 382.976 - MG
(2013/0263989-4)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : ANTÔNIO RICARDO BEIRA
ADVOGADOS : HUMBERTO THEODORO JUNIOR - MG007133
HUMBERTO THEODORO NETO E OUTRO(S) - MG071709
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE OURO PRETO
PROCURADOR : JOSIAS BARCELOS JÚNIOR E OUTRO(S) - MG104212

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANTERIOR OPOSIÇÃO DE IDÊNTICO RECURSO CONTRA O MESMO *DECISUM*. NÃO CONHECIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO RECURSAL OPOSTA POSTERIORMENTE. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE E APERFEIÇOAMENTO DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Antônio Ricardo Beira interpõe agravo interno, às fls. 720-737 e-STJ, contra decisão singular deste relator, cujo ementa está consignada nos seguintes termos (e-STJ fl. 694):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO ARRIMADO NO CENÁRIO FÁTICO-PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA PARCIALMENTE CONHECER DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

O agravante sustenta, em suma, a efetiva ocorrência de violação do art. 535 do CPC/1973, bem como que a pretensão recursal não esbarra no óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

Ao final, requer a reconsideração da decisão agravada ou seja a presente insurgência submetida a julgamento no âmbito do órgão colegiado.

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Preliminarmente, o agravo interno não merece ser conhecido, tendo em vista a anterior interposição, às fls. 702-719 e-STJ, de insurgência de idêntico teor pela mesma parte contra o mesmo *decisum*, por força do Princípio da Unirrecorribilidade e do aperfeiçoamento da preclusão consumativa.

Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. EMBARGOS MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEIS. PRECLUSÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o

Superior Tribunal de Justiça

Código de Processo Civil de 1973.

II - Os Embargos de Declaração são manifestamente inadmissíveis, em razão da prévia interposição de outra peça idêntica pela mesma parte, e em atenção aos Princípios da Unirrecorribilidade e da Preclusão Consumativa.

III - Embargos de declaração não conhecidos (EDcl no AgInt no AREsp 891.966/RJ, Relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 2/2/2017).

Isso posto, **não conheço** do agravo interno interposto às fls. 720-737 e-STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

